LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Formação Avançada em Contratações Públicas: Domine a Lei nº 14.133/2021 na prática e aprofunde-se na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência com Inteligência Artificial.

Carga horária: 40h **Módulos:** 2

SOBRE O CURSO

A Formação Avançada em Contratações Públicas foi desenvolvida para proporcionar uma visão completa, integrada e prática da Lei nº 14.133/2021, preparando os participantes para compreender todas as etapas das contratações públicas, desde o planejamento da contratação até a execução dos contratos administrativos.

Na primeira etapa da formação, os participantes percorrerão, de forma sistêmica e aplicada, os principais aspectos da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, compreendendo seus fundamentos, princípios, fases do processo licitatório, modalidades de contratação, contratação direta, critérios de julgamento, habilitação, recursos, contratos administrativos, sanções, jurisprudência e demais temas essenciais para a atuação segura dos agentes públicos.

Na segunda etapa, a formação aprofunda um dos pilares da fase preparatória das contratações públicas: a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR). Além dos aspectos técnicos e metodológicos desses instrumentos, os participantes aprenderão a utilizar Inteligência Artificial como ferramenta de apoio para estruturar documentos mais consistentes, eficientes e alinhados às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de governança.

Ao concluir a formação, o participante estará apto a aplicar a Lei nº 14.133/2021 com segurança e visão sistêmica, compreendendo todo o ciclo das contratações públicas e elaborando, com elevado grau de qualidade técnica, os principais instrumentos da fase preparatória, fortalecendo a eficiência, a conformidade e a governança das contratações públicas.

OBJETIVO

Capacitar os participantes para compreender e aplicar, de forma prática e sistêmica, a Lei nº 14.133/2021, desenvolvendo competências para atuar em todas as fases das contratações públicas, desde o planejamento da contratação até a gestão, fiscalização e responsabilização decorrente da execução contratual, com ênfase nos aspectos mais relevantes da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Aprofundar os conhecimentos sobre a fase preparatória das contratações públicas, capacitando os participantes para elaborar os principais instrumentos de planejamento — Documento de Formalização da Demanda (DFD), Plano de Contratações Anual (PCA), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Mapa de Riscos e Termo de Referência (TR) — em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas de governança.

Desenvolver habilidades para utilizar a Inteligência Artificial como ferramenta de apoio à elaboração desses artefatos, promovendo maior eficiência, qualidade técnica, segurança jurídica e inovação nas contratações públicas.

PARA QUEM É ESTE CURSO

Servidores e empregados públicos que atuam ou pretendem atuar nas áreas de licitações e contratos administrativos, planejamento das contratações, compras públicas, gestão e fiscalização contratual, bem como membros de comissões de contratação, pregoeiros, agentes de contratação, equipes de apoio, integrantes da equipe de planejamento da contratação, gestores públicos, assessores jurídicos, procuradores, auditores, profissionais das áreas de controle interno e demais agentes públicos envolvidos, direta ou indiretamente, nos procedimentos de contratação da Administração Pública.

A formação também é recomendada para profissionais que buscam atualização, aperfeiçoamento e aprofundamento na aplicação da Lei nº 14.133/2021, com foco no planejamento das contratações públicas, na elaboração dos principais artefatos da fase preparatória e na utilização da Inteligência Artificial como ferramenta de apoio às atividades desenvolvidas.

PRÉ-REQUISITOS

Exige-se conhecimento básico em administração pública e processos de licitação. Este curso é direcionado para profissionais que buscam conhecimento e aprofundamento na nova legislação e suas práticas aplicáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordagem Prática da NOVA LEI Nº 14.133/2022 - 24 horas

- Visão sistêmica da contratação pública;
- Abrangência da Nova lei de licitações;
- Entrada em vigor, possibilidade de aplicação, recomendações sobre normas complementares e período de adaptação à Lei.
- Forma de designação, composição, duração, atribuições, responsabilidade solidária;
- Quando será necessária a sua atuação;
- Como formalizar;
- Novo Agente de Contratação e a condução da licitação;
- Apoio legal dos órgãos jurídicos e da auditoria;
- Responsabilidade dos agentes públicos na LINDB.
- O que são bens e serviços comuns;
- Integração dos instrumentos gerenciais à nova legislação;
- Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI;
- Registros cadastrais e a reputação das empresas;
- Termos aditivos extemporâneos;
- Novos prazos para apresentação de propostas e lances;
- O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- Princípios básicos e o Planejamento como princípio.
- Fase Interna ou Preparatória.Justificativa da Necessidade da Contratação.
- Pesquisa de Mercado.
- Diferença entre Pesquisa de Mercado e pesquisa de Preços.
- Fase de Planejamento da contratação
- Planejamento da ContrataçãoProcedimentos iniciais – Documento de Formalização da Demanda – DFD
- ETP – Estudos Técnicos Preliminares de acordo com a Lei Nº 14.1333/2021 e a IN 40/2020-ME: ETP Digital
- Possibilidades de dispensa dos ETP’s

- Gerenciamento de Riscos (Mapa de Riscos)
- Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico
- Termo de Referência e o Sistema TR DIGITAL – IN n° 81/2022
- Responsáveis pela elaboração
- Pesquisa de preços – Inovações na Obtenção de Preços. (LEI Nº 14.1333/2021, IN 65/2021 – ME e Decisões do TCU). Apresentação do Painel de Preços.Responsabilidade pela Pesquisa de Preços.
- O superfaturamento e o sobrepreço.
- O orçamento sigiloso e sua aplicabilidade.
- Divulgação do edital
- Fase Externa.Procedimentos da Comissão, Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe nas Licitações
- Sessão Pública – Modalidades da Lei nº 8.666/93 x Nova Lei nº 14.1333/2021 e Pregão.
- Situações do processo licitatório (Prazos, recursos de suas modalidades)
- Como escolher a modalidade adequada de acordo com o objeto a ser contratado.
- As modalidades de licitação segundo a Lei nº 14.133/2021.
- Critérios de julgamento e as novas possibilidades.
- Os modos de disputa, aberto, fechado e suas combinações.
- Cuidados na definição do objeto.
- Escolha de Marca. (Inovações da Lei nº 14.1333/2021 e Decisões do TCU);
- Direcionamento Lícito e Ilícito;
- Padronização;
- Pré-qualificação.
- Principais características da modalidade.
- Aplicabilidade do pregão;
- Serviço comum e especial de engenharia;
- Rito procedimental do pregão no Decreto n° 10.024/19 e na Lei n.º 14.133/21;
- Principais diferenças entre o pregão e a concorrência;
- Critérios de julgamento compatíveis com a modalidade;
- Os modos de disputa admitidos na nova lei para o pregão;
- Responsável pela condução do pregão e o papel da autoridade competente;
- Prazos para publicação do aviso de abertura;
- Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- Impugnações e pedidos de esclarecimentos;
- Procedimento recursal no pregão de acordo com a nova lei de licitações e contratos e diferenças em relação ao disposto no decreto federal n.º 10.024/19;
- A ausência de envio das razões recursais como direito disponível do licitante;
- Procedência do recurso e correção dos atos/decisões considerados irregulares;
- O encerramento da licitação: i. Adjudicação ii. Homologação iii. Restituição do processo para sanar erros/falhas iv. Revogação v. Anulação.
- Em quais situações poderão ser usadas;
- Formalização do processo – Prazos;
- Pesquisa de Preços na Contratação Direta. (Decisão do TCU);
- Ratificação pela autoridade competente;
- Contratação Emergencial e suas peculiaridades;
- Estudo dos novos valores para as dispensas em razão do valor e suas repercussões gerais na Lei n° 14.133/2021;
- Necessidade de publicação e ratificação para todas as dispensas e inexigibilidades?
- Entendimento do TCU e da AGU;
- O credenciamento e sua aplicabilidade.
- O Termo de Referência e o Projeto Básico segundo a IN 05/2017 e a Lei nº 14.133/2021;
- Diretrizes para a elaboração do Edital;
- De quem é a responsabilidade pela elaboração do Edital?
- Cláusulas Obrigatórias;
- Quais são os anexos do Ato Convocatório?
- Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações.
- Novos Prazos e procedimentos;
- Competência para o processamento e julgamento dos recursos.
- Registros Cadastrais;

- Obrigatoriedade das empresas manterem as condições de habilitação em todas as etapas do processo;
- Novo procedimento para apresentação dos documentos de habilitação e sua tempestividade.
- Base Legal;
- Novas disposições para o SRP segundo a Lei nº 14.1333/2021;
- Diferenças entre ARP e Contrato Administrativo.
- Formalização;
- Garantia contratual e o novo limite;
- Cláusulas exorbitantes;
- Cláusulas obrigatórias;
- Alteração contratual, maneiras de se alterar o contato (Termo Aditivo e Apostilamento);
- Casos de rescisão;
- Acréscimos e supressões;
- Alterações quantitativas e qualitativas, o que são?
- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos (Reajuste, Revisão e Repactuação);
- Duração dos contratos administrativos e os novos limites;
- 1Prorrogação contratual;
- 1Contratos não continuados, podem ultrapassar o exercício financeiro?
- Gestão e Fiscalização de contratos;
- Contratos de eficiência;
- Regimes de execução contratual e as novidades (Contratação semi-integrada, Integrada e o Fornecimento e prestação de serviço associado);
- Serviços continuados com possibilidade de prazo contratual de até 10 anos;
- Utilização da Conta Vinculada como garantia de pagamentos de obrigações.
- Alterações inseridas nas contratações pela Lei Complementar nº 123/2006 e sua validade face a Nova Lei nº 14.133/2021;
- Vantagens das Micro e pequenas empresas nas contratações públicas;
- O que são os tratamentos diferenciados tipo I, II e III? Quando utilizá-los?
- Situações em que não se aplicam os tratamentos diferenciados;
- Preferências para Micro e Pequenas Empresas locais ou regionais.
- Quais as sanções que poderão ser aplicadas às empresas;
- Aplicação de multa ao gestor que deixar de aplicar sanções;
- Limites de multas segundo a Nova Lei de licitações;
- Nova abrangência das penalidades.
- Apresentação de Jurisprudência e Estudo de Casos.
- Realizamos exercícios práticos para consolidar o aprendizado, permitindo a aplicação direta do conhecimento em situações simuladas.

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Termo de Referência com aplicação da Inteligência Artificial - 16 horas

- Entendendo o planejamento: importância, objetivos e legislação aplicável;
- O planejamento da contratação estabelecido na Lei 14.133/2021;
- Plano Anual de Contratações – PCA e Planejamento Estratégico;
- Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- Equipe de Planejamento da Contratação: obrigatoriedade, formação e formalização, atribuições;
- Documentos que compõem o planejamento: Estudo Técnico Preliminar, Gerenciamento de Riscos, Termo de Referência;
- Obrigatoriedade da realização de estudos preliminares
- Requisitos para a elaboração dos estudos técnicos preliminares;
- Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;
- Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções;
- Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

- Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;
- Contratações correlatas e/ou interdependentes;
- Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;
- Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;
- Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;
- Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;
- Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.
- O que é análise de riscos e qual a sua finalidade nas contratações públicas?
- Atividades a serem desenvolvidas na análise de riscos
- Mapa de riscos
- Atualização do mapa de riscos
- Os requisitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021 para elaboração do Termo de Referência
- Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- Requisitos da contratação;
- Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- Critérios de medição e de pagamento;
- Forma e critérios de seleção do fornecedor;
- Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- adequação orçamentária.

TURMAS DISPONÍVEIS

Brasília

Pendente

PERÍODO
07/12/2026 a 11/12/2026

HORÁRIO
08:00 às 17:00

MODALIDADE
Online e Presencial

Online	Presencial
R$ 4.190,00	**R$ 4.790,00**

COM QUEM VOCÊ VAI APRENDER

Lúcio Antônio Frezza Costa

É professor da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), professor da Escola Superior do



Ministério Público da União (ESMPU), professor da Escola de Ead/PGR/MPF (Ministério Público Federal), professor/instrutor do MPT (Ministério Público do Trabalho), e professor colaborador em diversas Instituições (MCTI, BNB, CNPQ, MPDFT, etc) ministrando cursos na área de Convênios, Licitações e Contratos administrativos, e outros temas congêneres em cursos em EAD e presenciais.

Possui pós-graduação em Direito Público pela Universidade Metodista, pela Faculdade Processus e pela Escola da Magistratura do Distrito Federal.

Com experiência na área de Convênios, Licitações e Contratos Administrativos, atuou no Controle Interno do MMA, na Consultoria Jurídica do MPDFT, e na Assessoria Jurídica do Procurador-Geral do Trabalho.

Atualmente é servidor público, analista do Ministério Público da União/Apoio Jurídico/Direito com lotação na Procuradoria-Geral do Trabalho/MPT/MPU.



Leonardo Monteiro Lopes

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília, Especialista em Direito Administrativo, Pós Graduação Lato Sensu, pelo IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público. Engenheiro de Incêndio e Pânico (Curso de Formação de Oficiais), com Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (ênfase em Administração Corporativa) e Especialização em Polícia Judiciária Militar. Possui Curso de Altos Estudos para Oficiais Combatentes (ênfase em Gestão Corporativa). Atua em Licitações e Contratos no CBMDF desde 2003. Durante todo esse período desenvolveu trabalhos em relação à confecção de Termos de Referência e Projetos Básicos, Contratações, Aquisições e licitações em geral.